

A Comuna de Paris - mito fundador



Por **RENÉ BERTHIER***

Suas medidas administrativas, econômicas e políticas foram inspiradas na obra de Proudhon

A Comuna de Paris – que durou três meses – é um mito fundador que foi instrumentalizado pela maioria das correntes do movimento operário. Todos podem encontrar nela inspiração e um modelo. Três meses após a tomada do poder, os bolcheviques teriam comemorado, e Lênin teria dito que agora eles poderiam desaparecer, porque eles tinham durado tanto quanto a Comuna. Verdadeira ou falsa, esta história, que nos foi contada por Marcel Body, é particularmente significativa.^[i]

O movimento libertário não é exceção nesse processo de produção de mitos, entendendo-se que a constituição de mitos não é necessariamente uma coisa negativa. Dos jacobinos aos federalistas, dos republicanos aos libertários, dos patriotas aos internacionalistas, todos podem se beneficiar dos acontecimentos que começaram em março de 1871, desde que escondam tudo o que contradiz suas próprias teses.

No entanto, “a Internacional parisiense, na véspera da Comuna, é majoritariamente proudhoniana”^[ii]. Quando a Comuna é proclamada, “entre os trinta eleitos internacionais, quase dois terços podem ser considerados como proudhonianos”^[iii]. Para além das disposições terroristas de influência blanquista, o programa da Comuna é também claramente proudhoniano: Georges Gurvitch escreveu que “todas as medidas administrativas, econômicas e políticas serão inspiradas por Proudhon”^[iv]. Permanece, portanto, que os temas que persistem em sobreviver permanecem essencialmente temas libertários: federalismo, autonomia. No entanto, por estranho que pareça, os libertários são provavelmente os que menos procuraram “recuperar” a Comuna de Paris.

O que significa para eles a Comuna de Paris? (1) Marca a afirmação consciente da entrada do movimento popular na modernidade; (2) É, juntamente com a experiência da AIT (mas provavelmente menos do que esta última), um dos eventos fundadores da oposição entre anarquismo e marxismo e é, portanto, um tema-chave no debate sobre o projeto revolucionário.

O fato mais interessante deste acontecimento histórico não está, no entanto, na observação das opções ideológicas e políticas de cada um, mas o fato de que, ao serem dadas essas opções, os protagonistas foram levados, pela lógica das coisas, a realizar, ou a fazer apologia de uma obra às vezes contrária às suas opções; o exemplo de Marx – externo aos acontecimentos, é verdade – sendo sem dúvida o mais notável.

A Comuna tentou criar uma organização federalista contra o centralismo estatal, a federação de comunas autônomas tendo que assegurar a gestão dos assuntos públicos. Opõe-se à “unidade como nos tem sido imposta até hoje pelo Império, pela monarquia e pelo parlamentarismo”. Propõe “a associação voluntária de todas as iniciativas locais, a contribuição espontânea e livre de todas as energias individuais para um objetivo comum, o bem-estar, a liberdade e a segurança de todos”. Isto é o oposto das posições marxistas.

O seu objetivo é conseguir “a mais completa e frutuosa revolução moderna de todas aquelas que iluminaram a história”. Esta última afirmação mostra a consciência dos atores da Comuna para a realização de uma obra original.

Os trabalhadores e os socialistas revolucionários eram poucos no Conselho Geral e nas comissões. Estes últimos eram

compostos principalmente por pequenos republicanos burgueses, anticlericais, patriotas mais ou menos jacobinos ou blanquistas. Os socialistas, chamados “a minoria”, foram em grande parte militantes da AIT: foram eles que deram à Comuna o seu ideal e fundaram o mito revolucionário. Entretanto, a AIT na França estava muito enfraquecida quando a revolta popular eclodiu em Paris. Os militantes mais ativos foram presos ou tiveram de fugir para a Bélgica. Aqueles que continuaram sua ação foram chamados de espiões prussianos. A guerra tinha roubado à maioria das seções os seus adeptos. A crise econômica e o desemprego tinham feito o resto. Dos 81 membros do Conselho Geral da Comuna, 17 eram membros da AIT, mas nenhum deles podia ser chamado de “marxista” ou “bakunista”. Os membros da Internacional desempenharam um papel específico, sem que a sua organização fosse capaz de influenciar os eventos.

A fraqueza numérica do proletariado da época, o peso social esmagador da pequena burguesia, o fraco desenvolvimento das forças produtivas; tudo isso só acentua a natureza surpreendente do conteúdo revolucionário do mito criado entre março e maio de 1871. Para além da fraqueza das realizações efetivas da Comuna, o mito revolucionário foi largamente alimentado pela memória do heroísmo do povo de Paris face à barbárie de Versalhes, aos 25.000 rebeldes massacrados, aos prisioneiros e feridos executados, aos cadáveres deixados para trás; pela natureza impiedosamente sistemática da repressão, aos 13.440 homens, mulheres e crianças detidos, condenados à morte ou à deportação para a Nova Caledônia.

Tanto quanto um mito unificador para o proletariado internacional, a Comuna de Paris tem sido o revelador da verdadeira natureza da burguesia e do Estado. Esta lição ainda é verdadeira: a emancipação social das massas exploradas enfrentará sempre a reação mais impiedosa da classe dominante.

Um evento fundador

Embora a maior parte dos temas revolucionários da Comuna fossem de inspiração libertária, Bakunin permaneceu muito reservado. Ele pensa que, para além das realizações concretas, é sobretudo a mensagem enviada pela Comuna ao proletariado internacional que permanece válida: “A Comuna de Paris durou muito pouco tempo, e foi impedida no seu desenvolvimento interno pela luta mortal que teve de apoiar contra a reação de Versalhes, para que pudesse, digo, nem sequer aplicar, mas apenas teoricamente elaborar o seu programa socialista. Além disso, deve-se admitir que a maioria dos membros da Comuna não era estritamente socialista, e se eles provaram ser assim, foi porque foram irresistivelmente atraídos pela força inexorável das coisas, pela natureza do seu ambiente, pelas necessidades da sua posição e não pela sua íntima convicção. Os socialistas, à frente dos quais está, naturalmente, o nosso amigo Varlin, constituíam apenas uma minúscula minoria na Comuna; no máximo, eram apenas catorze ou quinze membros. O resto eram jacobinos...”

Mais adiante no texto, Bakunin acrescenta: “Além disso, a situação do pequeno número de socialistas convictos que faziam parte da Comuna era extremamente difícil. Eles não se sentiram suficientemente apoiados pela grande massa da população parisiense, a organização da Associação Internacional, muito imperfeita em si mesma, abraçando apenas alguns milhares de indivíduos, teve que apoiar uma luta diária contra a maioria jacobina e em que circunstâncias!”^[vi]

Ao contrário de Marx, que estava em Londres, Bakunin estava na França na época e participou do levantamento de Lyon. Aí, propôs, entre outras medidas, a criação de uma milícia revolucionária permanente, o sequestro de toda a propriedade pública e privada e a demissão de todos os funcionários públicos. Ele também propôs medidas de reorganização econômica: as comunas revolucionárias tiveram que nomear delegados, nomear comissões para reorganizar o trabalho, e entregar às associações de trabalhadores o capital de que precisavam. Quando o conselho municipal decidiu reduzir o salário diário dos trabalhadores nos estaleiros de construção nacionais, Bakunin opôs-se a que os trabalhadores viessem desarmados à manifestação de protesto.

Marx não conseguiu evitar zombar da ação de Bakunin, que falhou. As circunstâncias não estavam, obviamente, maduras. No entanto, um historiador bolchevique, Iuri Steklov, afirma que a intervenção de Bakunin em Lyon foi “uma tentativa generosa de despertar a energia adormecida do proletariado francês e direcioná-la para a luta contra o sistema capitalista e, ao mesmo tempo, repelir a invasão estrangeira”^[vii].

Steklov acrescenta que o plano de Bakunin não era tão ridículo: “Na mente de Bakunin, era necessário aproveitar as convulsões causadas pela guerra, a incapacidade da burguesia, os protestos patrióticos das massas, suas tendências sociais confusas, para tentar uma intervenção decisiva dos trabalhadores nos grandes centros, para arrastar o campesinato

para trás e assim iniciar a revolução social mundial. Ninguém então propôs um plano melhor”^[vii]

Bakunin acredita que, “se a revolução social na França não sair diretamente desta guerra, o socialismo morrerá por muito tempo em toda a Europa”^[viii]. Depois do fracasso de Lyon, escreveu a Palix, um de seus companheiros: “Começo a pensar que a França está acabada... Em vez do seu socialismo vivo e real, teremos o socialismo doutrinário dos alemães”^[ix]... Ele sabe que a vitória prussiana levará à criação do império alemão, e Bakunin teme sobretudo que, se os trabalhadores alemães forem levados a servir “a instituição do Estado germânico”, a solidariedade que deveria “uni-los ao ponto que se confundam com seus irmãos, os trabalhadores explorados de todo o mundo” será sacrificada à “paixão política nacional”^[x].

Divididos entre “solidariedade trabalhista socialista” e “patriotismo político do Estado nacional”, os trabalhadores alemães correm o risco de estar “unidos com seus compatriotas burgueses contra os trabalhadores de um país estrangeiro”.

Bakunin, porém, prestará homenagem a esses líderes socialdemocratas e aos trabalhadores alemães que tomaram posições internacionalistas contra a guerra, o que contrastou com a postura de Marx no início do conflito.

Guerra de Defesa?

Nas análises desenvolvidas por Marx e Engels sobre a Guerra Franco-prussiana, dois períodos devem ser assinalados (1) Antes da Comuna, a correspondência de Marx e Engels mostra, sem possível divergência, que eles são a favor de uma vitória prussiana, porque esta tornará possível alcançar, mesmo que “de cima”, a unificação da Alemanha. A guerra é apresentada como uma guerra defensiva para a Alemanha. Além disso, uma vitória alemã garantiria a hegemonia do socialismo alemão sobre os franceses.

(2) Depois da Comuna, esta tese já não pode ser apoiada: Marx retomou o seu papel de Secretário Geral da AIT e defendeu a insurreição. Ele publicou seu famoso livro, *A Guerra Civil na França*, no qual, em total contradição com suas próprias ideias, defendeu o ponto de vista federalista. (Marx sempre se opôs firmemente ao federalismo, o que ele comparou a uma forma política da Idade Média).

As posições internacionalistas de Marx são frequentemente enfatizadas, mas os autores marxistas tendem a entrar muito rapidamente no período anterior à Comuna. Já em 1844, Marx tinha escrito que “o proletariado alemão é o teórico do proletariado europeu”^[xi], o que é, naturalmente, uma forma de legitimar a sua posição como líder: a vocação da classe trabalhadora alemã é assim traçada desde o início. Em 20 de julho de 1870, no início da guerra, Marx escreveu uma carta a Engels na qual afirmava que “os franceses precisam ser espancados. Se os prussianos forem vitoriosos, a centralização do poder estatal será útil para a centralização da classe trabalhadora alemã”.

Marx continua novamente: “O domínio alemão também transformará o centro de gravidade do movimento operário da Europa ocidental da França para a Alemanha; e basta comparar o movimento nos dois países, de 1866 até hoje, para ver que a classe operária alemã é superior à francesa em teoria e organização. A preponderância, na cena mundial, do proletariado alemão sobre o proletariado francês seria, ao mesmo tempo, a preponderância da nossa teoria sobre a de Proudhon”.

É indiscutível que a opinião de Marx sobre o futuro do movimento operário europeu estava subordinada ao único ponto de vista da unidade alemã. Assim, quando o deputado socialista da Saxônia, Wilhelm Liebknecht, que era contra a hegemonia prussiana sobre a Alemanha, acusou a Confederação da Alemanha do Norte de ser um instrumento da Prússia e o Reichstag de ser “a folha de figo do absolutismo nu”, foi acusado de ser prussófilo, austrófilo fanático e, no último insulto, federalista. Para Marx, federalista era um insulto. Quando o mesmo Liebknecht se absteve na votação das dotações de guerra, ele foi violentamente atacado por Marx. Ao colocar o problema em termos da hegemonia de uma classe trabalhadora sobre a outra, Marx apenas confirmava os temores de Bakunin sobre a estratégia política do marxismo: a organização do proletariado em partidos políticos em bases nacionais leva à negação do internacionalismo.

Engels retomou a ideia da carta de Marx de 20 de julho. Em 15 de agosto, ele explicou que a vitória alemã era necessária para o futuro do proletariado e saudou a união sagrada que existia na Alemanha. A massa do povo alemão, disse ele, e todas as classes, entenderam que era a existência nacional que estava em jogo, “e eles reagiram imediatamente”. Pregar, nestas condições, a obstrução da política do rei e colocar “todos os tipos de considerações secundárias acima do essencial,

como faz Wilhelm [Liebknecht]”, parece impossível para ele^[xii].

As “considerações secundárias”, neste caso, foram obviamente a oposição à guerra e as declarações internacionalistas dos trabalhadores parisienses e saxões; sendo o “essencial” a guerra nacional que supostamente deveria soldar a unidade nacional alemã. Engels até denunciou o chauvinismo dos franceses, que, pela falta de terem “levado uma boa surra”, tornaram impossível a paz entre os dois países!

Em 17 de agosto de 1870, Marx respondeu aprovando a análise de seu amigo: “A guerra tornou-se nacional”, comentou. O argumento da guerra nacional fornece a sua própria justificação, porque ela responde a um propósito que vai além dos interesses particulares ou dinásticos, e é, portanto, uma guerra que o movimento operário alemão pode, e deve apoiar. (Assim, vemos que as posições da socialdemocracia alemã, no início da Grande Guerra, são perfeitamente consistentes com as de Marx).

A política alemã de Marx durante a Guerra Franco-prussiana

Quando, em 4 de setembro de 1870, o Império francês desmoronou sob os golpes do exército prussiano, a seção francesa da AIT lançou um apelo internacionalista pedindo aos trabalhadores alemães que abandonassem a invasão e propondo uma aliança fraterna que lançaria as bases dos Estados Unidos da Europa. Deve ficar claro que a liderança londrina da AIT não tem nada a ver com esta iniciativa internacionalista: ela até se opõe a ela! Marx chegará ao ponto de descrever este Apelo como “ridículo”. Tem, disse ele, “provocado risos e raiva entre os trabalhadores ingleses”^[xiii].

A socialdemocracia alemã respondeu favoravelmente a este apelo e os seus dirigentes foram imediatamente detidos. Entre eles, estavam Liebknecht e Bebel que, já em julho, tinham-se absterido de votar os créditos de guerra: “Os internacionalistas alemães entendiam que não era possível votar a favor de uma guerra empreendida pela autocracia prussiana e que, tampouco, havia que se deixar levantar alguma suspeita de nutrirem qualquer simpatia por Napoleão III”^[xiv].

Apesar de suas diferenças com a socialdemocracia alemã, Bakunin não hesitou em “fazer justiça aos líderes do partido da democracia socialista” e a todos aqueles que tiveram a coragem de “falar uma linguagem humana no meio de toda essa animalidade burguesa ruidosa”^[xv].

Deve-se notar que Marx, naquela época, tinha uma grande consideração pelos líderes sindicais ingleses, com os quais tinha uma relação equívoca, e que estavam totalmente desinteressados na Internacional. Três deles, porém, haviam sido cooptados por ele para o Conselho Geral. Marx nunca tentou criar uma seção inglesa da AIT. Esta só surgiu tardiamente, e em oposição a Marx.

Os líderes dos sindicatos ingleses não estavam interessados em questões ideológicas ou internacionais e deixaram Marx fazer o que ele queria. Marx precisava dos britânicos; eles lhe permitiram fortalecer suas posições porque ele não tinha absolutamente nenhum apoio ao nível das federações existentes: não havia sequer uma federação alemã, apenas um punhado de membros individuais. O apelo da seção francesa da AIT^[xvi] deve ter parecido para Marx demasiado radical para ser aceito pelos líderes sindicais ingleses. Na verdade, estes últimos acusaram mais tarde os insurgentes da Comuna de serem “bandidos”.

Em 7 de setembro, Engels escreveu que os trabalhadores franceses “agora reivindicam, com o pretexto de que as vitórias alemãs lhes deram uma república, que os alemães devem abandonar imediatamente o solo sagrado da França ou então: guerra sem tréguas! É aquela velha fanfarronice. [...] Espero que estas pessoas retomem o bom senso tão logo a euforia passe, caso contrário, tornar-se-ia infernalmente difícil continuar as relações internacionais com eles”. Engels não está errado ao dizer que as vitórias prussianas deram uma república à França, mas é a república que, a partir de Versalhes, vai organizar o esmagamento da Comuna de Paris.

Preocupado ao ver o proletariado parisiense e o povo pobre agitando-se, Engels escreveu novamente em 12 de setembro: “Se pudéssemos ter alguma influência em Paris, teríamos que impedir que os trabalhadores se movessem até a paz, e Bismarck em breve estará em condições de fazê-lo, seja tomando Paris ou porque a situação europeia o obriga a acabar com a guerra”.

Assim, pode-se ver que, por duas vezes, em 1870 como em 1848, numa situação revolucionária, Marx e Engels quiseram frear o impulso popular porque ele não se encaixava em suas opções estratégicas^[xvii]. Assim, em 9 de setembro, o Conselho Geral da AIT – ou seja, Marx – publicou um discurso recomendando aos trabalhadores franceses: (a) não derrubar o governo, porque isso seria “loucura desesperada”; (b) para “cumprir o seu dever como cidadãos”; (c) não “deixar-se levar pelas memórias nacionais de 1792”.^[xviii]

Os operários, diz a mensagem, “não têm que recomeçar do passado, mas construir o futuro”. Que, calmos e resolutos, aproveitem a liberdade republicana para trabalhar construir a sua organização de classe^[xix].

Vamos decifrar: “Trabalhar para construir a sua organização de classe” significa usar as instituições da república burguesa para desenvolver uma política parlamentar e tomar o poder através das urnas. Marx se esquia do fato de que a vitória prussiana seja também a vitória da reação na França e na Alemanha. Na realidade, não é isso que o preocupa. Este, acredita ele, é o preço a pagar pela criação de instituições parlamentares que, a longo prazo, assegurarão necessariamente o domínio político do proletariado.

Nos textos de Marx e Engels da época, afirma-se expressamente, por um lado, que a vitória alemã é uma vitória do movimento operário alemão, e que a vitória alemã significaria a subordinação do movimento operário francês ao movimento operário alemão (“a predominância de nossa teoria sobre a de Proudhon”). As relações entre as classes trabalhadoras nacionais são percebidas como relações de antagonismo nacional. A vitória prussiana resolveria de uma vez por todas a questão nacional alemã: “Os trabalhadores alemães poderiam se organizar em escala nacional, o que eles não puderam fazer até agora”.

Marx, modificação de perspectiva

A teoria da guerra de defesa, que legitimou a guerra do lado alemão com a ideia de que foi a França que a iniciou e que a Alemanha era apenas a vítima não podia ser sustentada indefinidamente. A opinião revolucionária unânime e a resistência das massas parisienses forçaram Marx e Engels a mudar de ponto de vista. Tanto Blanqui como Bakunin apelaram à guerra revolucionária desde o início, denunciaram as hesitações do governo, previram que a hegemonia prussiana significaria o triunfo da reação na Europa. Foi apenas cinco meses depois que Marx retomou o argumento da guerra revolucionária. Tal como em 1848-1849, ele só adotou uma abordagem revolucionária quando o movimento se retirava.

É somente diante do óbvio conluio entre Bismarck e Thiers que Marx mudará seu ponto de vista. Aquele que ele pensava ser o adversário do bonapartismo – Thiers – é agora acusado de ter “precipitado a guerra com a França com suas declarações contra a unidade alemã” e de ter aceitado a paz a todo custo, implorando “permissão e meios para realizar a guerra civil em seu próprio país esmagado”^[xx].

A partir de então, o papel involuntariamente progressivo de Bismarck arrefeceu, enquanto a glória dos trabalhadores parisienses vilipendiados seis meses antes se elevava. A *Guerra Civil na França* é a expressão dessa mudança de perspectiva. Daí em diante, diz Marx, a guerra nacional é uma “pura mistificação dos governos destinada a atrasar a luta de classes”. A dominação de classes, ainda se diz, “não pode mais se esconder sob um uniforme nacional, os governos nacionais são unânimes contra o proletariado”! Assim, a luta de classes retomou seu lugar como a força motriz da história; os trabalhadores franceses não foram mais solicitados a “cumprir seu dever cívico” – o voto – nem a abster-se de derrubar o governo.

O livro que Marx escreveu sobre a Comuna é frequentemente citado como uma expressão típica do seu pensamento político, embora ele tenha abordado este evento de um ponto de vista federalista, ou seja, em total oposição às suas ideias. É conhecida a famosa fórmula de Engels sobre a Comuna como a forma finalmente encontrada da ditadura do proletariado^[xxi]. No entanto, os textos de Marx que precedem o livro não trazem nada desta ideia, e os textos que se lhe seguem nunca mais fazem alusão a ela. O próprio Bakunin, além disso, presta homenagem à Comuna como uma “negação histórica do Estado”^[xxii], mas salienta que não teve tempo para realizar muito, que múltiplas contradições internas a paralisaram e que o seu principal interesse como evento foi estabelecer um precedente.

O *Manifesto* simplesmente afirmou que a primeira etapa da revolução é a conquista do regime democrático, ou seja, do

sufrágio universal. Isto é, confirmado por Engels no prefácio de *Lutas de Classe na França*^[xxiii]. Em nenhum lugar, o *Manifesto* diz como a conquista da democracia poderia assegurar a hegemonia política do proletariado.

Engels diz simplesmente, no seu projeto “Catecismo”^[xxiv], que o sufrágio universal garantirá diretamente o domínio da classe operária nos países onde a classe operária é maioritária. Em países onde o proletariado é uma minoria, o seu domínio será assegurado indiretamente pela aliança com os camponeses e com os pequenos burgueses que dependem do proletariado para os seus interesses políticos, e que terão, portanto, de “submeter-se rapidamente às exigências da classe trabalhadora”. Engels aponta que uma segunda revolução pode então ser necessária, mas que só pode terminar com a vitória do proletariado.

No entanto, precisamente, a observação cuidadosa da situação política na Alemanha leva Bakunin à conclusão de que uma aliança política com a pequena burguesia ou com a burguesia radical em bases parlamentares conduz inevitavelmente à subjugação do proletariado aos estratos com os quais ele se alia. As vituperações de Engels no final de sua vida contra a influência pequeno-burguesa no Partido Socialdemocrata confirmam esses medos.

As concepções de poder de inspiração blanquista e jacobina de Marx dominariam, apesar do interlúdio momentâneo da Comuna, acompanhadas de um profundo desprezo por todos os adversários socialistas do jacobinismo.

Embora nem Proudhon nem Bakunin tivessem nada a ver com isso, foram as concepções federalistas que dominaram na Comuna de Paris: federações de comunas descentralizadas, substituição de delegados eleitos e revogáveis pelo aparelho estatal, o que contrasta consideravelmente com a apologia do trabalho de centralização iniciado pela monarquia, tal como desenvolvido no *18 Brumário*. Agora, Marx adere à obra da Comuna, e o discurso do Conselho Geral da AIT, escrito por ele, foi redigido do ponto de vista dos próprios *communards*. Até agora, a criação de uma sociedade socialista estava, para o *Manifesto*, condicionada à criação de um Estado proletário democrático decorrente do sufrágio universal ou, para *As Lutas de Classes na França*, à criação de um Estado ditatorial.

A aprovação do trabalho da Comuna - e em 1871, Marx tinha escolha? - corresponde assim a uma completa inversão do seu ponto de vista sobre a questão do poder, ao abandono do ponto de vista centralista e ao encontro com as teses proudhonianas e bakunistas (embora estes dois últimos pontos de vista não devam ser assimilados), segundo as quais a destruição do aparelho estatal e o estabelecimento de uma estrutura política descentralizada, à qual o federalismo assegura a coesão global, é a condição prévia para o estabelecimento do socialismo.

Se a Comuna era uma negação histórica do Estado, como diz Bakunin, a insurreição comunista em Paris inaugurou a revolução social; A sua importância não reside nas “provas muito fracas que teve oportunidade e tempo para fazer”, mas nas ideias que suscitou, “a luz brilhante que lançou sobre a verdadeira natureza e propósito da revolução, as esperanças que despertou por toda a parte e, portanto, a forte comoção que produziu entre as massas populares de todos os países”^[xxv].

Ele acrescentou: “O efeito foi tão tremendo em todos os lugares, que os próprios marxianos, cujas ideias haviam sido derrubadas por essa insurreição, foram forçados a tirar seus chapéus diante dela. Eles fizeram muito mais: revertendo a lógica mais simples e seus verdadeiros sentimentos, eles proclamaram que seu programa e propósito eram deles. Foi uma caricatura bufão, mas forçada. Tiveram que fazê-lo, sob pena de serem esmagados e abandonados por todos, tanta foi a paixão que esta revolução provocou em todos”^[xxvi].

Bakunin não foi o único a perceber o contraste entre as posições anteriores de Marx e as que ele defendeu na altura da Comuna. O biógrafo de Marx, Franz Mehring, também observa que *La Guerre civile en France* é difícil de conciliar com o *Manifesto* e que Marx desenvolve um ponto de vista semelhante ao de Bakunin: “Por mais brilhantes que estas análises fossem, disse Mehring, elas estavam, no entanto, ligeiramente [*sic*] em contradição com as ideias defendidas por Marx e Engels durante um quarto de século e já avançadas no *Manifesto Comunista*. [...] O elogio que o discurso do Conselho Geral dirigiu à Comuna de Paris por ter começado a destruir radicalmente o Estado parasitário foi difícil de conciliar com esta última concepção. [...] É fácil entender por que os apoiantes de Bakunin poderiam facilmente usar o discurso do Conselho Geral à sua maneira”^[xxvii].

Madeleine Grawitz escreve sobre este assunto: “Marx, ofendido por ver a revolução explodir, como ele tinha previsto, mas

a terra é redonda

julgando-a erroneamente bakuninista, consegue após a derrota apropriar-se de um movimento que, não só o ignora, como se opõe a todas as suas teorias”^[xxviii].

As concepções “libertárias” que Marx impôs a si mesmo sob a pressão dos acontecimentos permanecem perfeitamente oportunistas e isoladas em sua obra, e de modo algum correspondem ao seu pensamento real; elas respondem irrefutavelmente a um desejo de recuperar o movimento. Inegável? Muitos refugiados se reuniram em Londres e Marx estava tentando reuni-los com ele, especialmente os blanquistas.

Os *communards* ingratos não se uniram a ele e Marx escreveu a Sorge, furioso: “E esta é a minha recompensa por desperdiçar quase cinco meses a trabalhar para os refugiados e por salvar a sua honra, publicando *A Guerra Civil na França*”^[xxix].

Assim, Marx “salvou a honra” dos *communards*... Esta simples frase revela tanto o seu verdadeiro pensamento sobre a Comuna como o significado que deve ser dado à obra que ele escreveu nesta ocasião. É um trabalho oportunista que só pode ser uma referência para aqueles que querem distorcer o verdadeiro pensamento de Marx e dar-lhe uma coloração “anarquista”. *A Guerra Civil na França* não pode de forma alguma constituir uma referência no estudo do pensamento de Marx.

Além disso, ele nem sequer mencionou a Comuna na sua *Crítica do Programa de Gotha* (1875). Engels apenas toca a superfície do assunto numa carta a Bebel sobre o mesmo programa, quando propõe substituir a palavra “Estado” pela palavra germânica *Gemeinwesen* (comunidade), “excelente palavra alemã antiga, que responde muito bem à palavra francesa ‘*commune*’”^[xxx].

Quando, vinte anos mais tarde, Engels escreveu, no prefácio da edição alemã de *A Guerra Civil*: “Olhe para a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado”, a expressão “ditadura do proletariado” já não tem qualquer significado. Em 1850, significava uma ditadura centralizada sem representação popular; em 1891, sob a pena de Engels, significava a hegemonia dos trabalhadores através da conquista do parlamento.

Na verdade, ele escreveu no mesmo ano em sua crítica ao programa de Erfurt: “Uma coisa é certa, é que nosso partido e a classe trabalhadora só podem alcançar a dominação na forma de uma república democrática. Esta última é até mesmo a forma específica da ditadura do proletariado, como mostra a Grande Revolução Francesa”^[xxxi].

Estamos em total confusão.

***René Berthier** é um ativista do grupo Gaston Leval da Federação Anarquista. Autor, entre outros livros de *Études proudhoniennes* (*Éditions du Monde libertaire*).

Notas

^[i] Marcel Body (1894-1984) era um tipógrafo que fazia parte das tropas enviadas para a Rússia para combater a revolução. Ele desertou e entrou para o Partido Bolchevique e foi membro do Grupo Comunista Francês em Moscou desde 1918, militante do Partido Comunista e diplomata da URSS na Noruega. Rapidamente adotou uma posição crítica em relação ao poder stalinista e tornou-se um dos seus opositores. Ao retornar à França, foi expulso do Partido Comunista Francês em 1928. Ele foi tradutor de Bakunin para o Instituto Internacional de História Social em Amsterdã. Ele nos disse que quando Denikin fez a sua invasão ao norte da Rússia esmagando a resistência do Exército Vermelho, os líderes do partido receberam ordens para fazer as malas e se prepararem para fugir para a Finlândia. A fuga finalmente não ocorreu, pois as tropas makhnovistas romperam as linhas de abastecimento de Denikin, cortando o seu avanço. O fato de ter salvo a revolução não granjeou aos makhnovistas nenhum reconhecimento por parte dos bolcheviques.

^[ii] J. Bruhat, J. Dautry & E. Tersen, *La Commune de 1871*, Éditions sociales, 1960.

^[iii] *Ibid.*

^[iv] Georges Gurvitch, que foi testemunha direta da formação dos soviets em 1905, relata que “os primeiros soviets russos foram organizados por proudhonianos [...] que vieram de elementos de esquerda do Partido Socialista Revolucionário e [...]

da social-democracia [...]. A ideia de revolução pelos soviets de base [...] é [...] exclusivamente proudhoniana” (Cf. Jean Duvignaud, “Georges Gurvitch, une théorie sociologique de l’Autogestion”, *Autogestion*, n° 1, 1967).

[v] Bakounine, *L’Empire Knouto-Germanique et la Révolution Sociale*. Préambule pour la seconde livraison. Bakounine, Œuvres, tome VIII.

[vi] In: Fernand Rude, *De la Guerre à la Commune*, Éditions Anthropos, p. 20-21.

[vii] *Ibid.*

[viii] Carta a, 31 août 1870.

[ix] In: Fernand Rude, *De la Guerre à la Commune*, éditions Anthropos, p. 19.

[x] Cf. Bakounine, *Œuvres*, Champ libre, VII, p. 92.

[xi] Notas críticas sobre o artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”, in: *Vorwärts*, 07-08-1844.

[xii] Carta de Engels a Marx, 15 de agosto de 1870.

[xiii] Carta de Marx a Engels, 10 de setembro de 1870.

[xiv] Alexandre Samis, *Negras Tormentas*, ed. Hedra, p. 201

[xv] Bakounine, *L’Empire knouto-germanique*, Champ libre, VIII, 58.

[xvi] Não havia nenhuma federação francesa da AIT expressando-se publicamente e organizando congressos, por causa da repressão; mas, ao contrário da Alemanha, havia muitas seções ativas. Uma “federação francesa” foi formada finalmente na Suíça e publicou dois números do *Avant-Garde*, em 1877 e 1878.

[xvii] Durante a revolução de 1848-1849 na Alemanha, Marx e Engels, aplicando os esquemas do seu novíssimo “método” histórico, acreditaram que havia chegado a hora da revolução burguesa e que, portanto, ela deveria ser encorajada a ascender ao poder. Marx decidiu então dissolver a Liga dos Comunistas, o primeiro partido comunista da história, para não prejudicar este projeto. Marx e Engels foram excluídos do primeiro partido comunista da história (Cf. Fernando Claudín, *Marx, Engels et la révolution de 1848*, Maspéro, 1980).

[xviii] Em fevereiro de 1792 foi formada uma aliança militar entre a Áustria e a Prússia, ameaçando uma revolução. O Duque de Braunschweig lançou irresponsavelmente um manifesto que ameaçava represálias piores contra as cidades que se atreviam a resistir à invasão. O manifesto suscitou indignação geral e um entusiasmo revolucionário. Em setembro, a pátria foi declarada em perigo e um comício de massa constituiu um exército de voluntários que, em Valmy, esmagou o exército prussiano. A partir daí, começou o período das guerras revolucionárias: o exército do Sul entrou em Savoy, tomou Chambéry. Outro exército atravessou o Reno, ocupou Speyer, Worms, Mainz, Frankfurt. O exército de Dumouriez entrou na Bélgica e derrotou os austríacos em Jemmapes, ocupou Mons e entrou em Bruxelas sob a aclamação da população. Em 1870, Marx e Engels ficaram aterrorizados com a possibilidade de uma sublevação repetir a revolta em massa de 1792.

[xix] Seconde Adresse du Conseil général sur la guerre franco-allemande, in *La Guerre civile en France*, Éditions sociales, 1968, p. 289.

[xx] K. Marx, *La Guerre civile en France*, Éditions sociales, pp. 182-183.

[xxi] Prefácio de 1891 de *La Guerre civile en France*.

[xxii] Bakounine, *Œuvres*, Champ libre, III, 213.

[xxiii] A revolução referida no *Manifesto Comunista* é a revolução democrática, que vai impor o sufrágio universal numa sociedade ainda marcada pelo feudalismo. A sobreposição do discurso leninista sobre o que Marx tinha realmente dito

levou gerações de ativistas a reinterpretar as palavras de Marx de uma maneira errada.

^[xxiv] A primeira versão do *Manifesto* foi um “catecismo” escrito por Engels, ou seja, um documento escrito sob a forma de perguntas e respostas, que foi abandonado e reescrito na forma que conhecemos hoje.

^[xxv] Bakounine, *Œuvres*, Champ libre, III, 166.

^[xxvi] *Ibid.*

^[xxvii] Franz Mehring, *Karl Marx, Histoire de sa vie*, Éditions sociales, p. 504.

^[xxviii] Madeleine Grawitz, *Bakounine*, Plon, 1990, p. 467.

^[xxix] Carta de Marx a Sorge, 9 novembre 1871.

^[xxx] Carta a Bebel, 18-28 mars 1875, in *Sur l'anarchisme et l'anarcho-syndicalisme*, éditions du progrès, Moscou, 1973, p. 170.

^[xxxi] Marx e Engels, *Critique des programmes de Gotha et d'Erfurt*, p. 103, Éditions sociales.